



RECONHECER PARA INCLUIR: infância e identidade da criança amazônica brasileira na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru

Edmilson Alves do Nascimento¹
Renilda Aparecida Costa²

RESUMO: Este artigo visa explicitar aspectos sob os quais se constitui a identidade da criança amazônica brasileira na tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. Para tanto, evidencia-se a infância neste contexto territorial e sociocultural, a interação com o meio ambiente natural e social, suas implicações no processo de inclusão/exclusão da criança enquanto sujeito portador de uma identidade diferenciada que comumente não é considerada pelo Estado no fomento das políticas públicas. Esta análise proporcionará a discussão sobre aspectos etnicorracias das crianças frente aos processos contemporâneos de reetnização das identidades políticas de construção de uma nova identidade nacional, que considere a pluralidade cultural dos sujeitos.

Palavras-chave: Tríplice-fronteira; desigualdade e exclusão; identidade nacional; multiculturalismo; políticas públicas.

ABSTRACT: This article aims to explain aspects under which constitutes the identity of the Brazilian Amazonian children in the triple border Brazil-Colombia-Peru. Therefore, there is evidence of childhood in this territorial and socio-cultural context, interaction with the natural and social environment, its implications in the process of inclusion / exclusion of the child as a subject carrying a differentiated identity that commonly is not considered in the State promotion of public policies. This analysis will provide a discussion of ethnic aspects of children facing the contemporary processes of reetnização the construction of political identities of a new national identity, to consider the cultural diversity of the subjects.

Keywords: Triple-border; inequality and exclusion; National identity; multiculturalism; public policy.

¹Oficial de Justiça Avaliador Federal, mestrando do Programa de Pós -Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia - UFAM.

² Doutora em Ciências Sociais, professora da UFAM - Instituto de Natureza e Cultura.,

INTRODUÇÃO

O estudo da infância, seja sob o olhar das ciências humanas ou sociais, desperta a atenção de pesquisadores de diversas áreas, tais como da psicologia, da antropologia, do direito, da sociologia etc. Mas, é a partir dos estudos da sociologia da infância, que somos norteados a refletir sobre a infância como um processo de construção social, que se desenvolve tendo por base seres com traços de identificação distintos dos adultos.

A classe social, o gênero, o pertencimento étnico-racial, a origem cultural e o espaço geográfico em que residem são dimensões nas quais a infância está conectada. Desde cedo, as crianças começam a apreender em sua vivência com os adultos as noções conceituais dentro do espaço social em que estão situadas, pois captam o sentido do que é ser grande ou pequeno, magro ou gordo, macho ou fêmea, forte ou fraco, rico ou pobre; branco, negro ou índio etc. Assim, almejamos aqui explicitar alguns aspectos a serem considerados no percurso de constituição da identidade das crianças amazônidas brasileiras da tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru, localizada no Alto Solimões³. Para tanto, a fim de alcançar o desiderato proposto, colocar-se-á em evidência a análise da infância vivenciada nesse contexto amazônico, considerando a interação com o meio ambiente natural e social, suas implicações no processo de inclusão/exclusão da criança enquanto sujeito portador de uma identidade diferenciada nem sempre considerada pelas políticas públicas.

Dentre outras questões, esta análise preliminar proporcionará a discussão sobre aspectos etnicorracias das crianças inseridas nesse contexto territorial e sociocultural frente aos processos contemporâneos de reetnização das identidades políticas de construção de uma nova identidade nacional, que considere a pluralidade cultural dos sujeitos da Amazônia. O elemento fronteira está atrelado ao estudo da vivência da infância neste encontro amazônico das cidades de Tabatinga-Brasil, Letícia-Colômbia e da comunidade de Santa Rosa-Peru, em decorrência das constantes trocas que se processam entre as cidades nos aspectos culturais, econômicos e territoriais.

³ O Território Microrregião Alto Solimões - AM abrange uma área de 214.217,80 Km² e é composto por 9 municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA

O Brasil, devido a sua grande extensão territorial, possui fronteira com diversos países da América do Sul. Na Mesorregião Sudoeste do Estado do Amazonas, na Microrregião do Alto Solimões, localiza-se a cidade de Tabatinga⁴ em uma área de tríplice fronteira, estando conurbada com a cidade de Letícia, no Departamento da Amazônia colombiana e fazendo limite com a Comunidade de Santa Rosa, localizada no Departamento peruano de Loreto, da qual é separada apenas pelo Rio Amazonas-Solimões.

Demograficamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2013, Tabatinga possui uma população estimada de 58.314 habitantes⁵, distribuídos em uma área territorial de 3.224,875 km². Em torno de um quarto da população é de origem indígena e reside no meio rural. Quanto à estrutura etária, *o censo do ano de 2010 apontou que 38,76% da população compõem-se de jovens com menos de 15 anos de idade* (PNUD, 2013). A cidade de Tabatinga destaca-se porta de entrada migratória, de expressivo número de colombianos e peruanos, no território brasileiro.

Santa Rosa⁶ é uma comunidade peruana, situada em uma ilha no Rio Amazonas-Solimões, como vista para as cidades conurbadas de Letícia e Tabatinga. As atividades econômicas desenvolvidas na localidade compreendem a agricultura familiar de subsistência e o comércio de produtos exportados da cidade de Iquitos. Na ilha é intensa a presença de crianças desenvolvendo trabalhos de adultos, como decorrências da extrema pobreza, de fatores culturais e do abandono do Estado. Já a cidade colombiana de Letícia possui uma população de aproximadamente 80 mil habitantes e se distingue de Tabatinga e Santa Rosa, por se apresentar melhor estruturada em termos infraestrutura, em razão de ser a cidade capital de um Departamento da Colômbia. A cidade tem seus pilares econômicos, centrados na atividade comercial, no turismo e, principalmente, no ramo da pesca.

⁴ Tabatinga localiza-se a uma distância de 1.105 quilômetros de Manaus (em linha reta) e 1.607 quilômetros (em via fluvial).

⁵ Do total de habitantes do município, aproximadamente 70% reside na área urbana.

⁶ A comunidade possui uma população de aproximadamente 2000 mil habitantes, sendo a maioria composta de crianças e jovens. A maior parte das moradias é construída em madeira, não têm saneamento básico e infraestrutura aptos a oferecer um padrão mínimo de dignidade aos moradores.

As cidades gêmeas - Letícia e Tabatinga - formam uma ilha urbana cercada pela imensa floresta amazônica, separadas do vilarejo de Santa Rosa apenas pelas águas do Amazonas-Solimões. As delimitações territoriais são muitas vezes encobertas pela densa vegetação e as fronteiras se confundem nos corpos e rostos de seus moradores: brancos, negros, índios, pardos ou mestiços; nacionais ou estrangeiros; brasileiros, peruanos ou colombianos; falantes do português; do espanhol, da língua tikuna ou kokama.

O contexto da fronteira tríplice revela um amplo campo de riqueza etnicorracial e multicultural, a serem observados e desvendados sob profunda reflexão das ciências humanas e sociais, tendo em conta a grandeza das características da construção social que se apresenta, fazendo por merecer atenção especial à questão da infância no que atine à relação com o meio ambiente natural, de trabalho e social, além do acesso à direitos, políticas públicas e o processo de construção da identidade da criança amazônida brasileira nesse encontro étnico e intercultural, frente aos processos contemporâneos de reetnização das identidades políticas de construção de uma nova identidade nacional, que considere a pluralidade cultural dos sujeitos da Amazônia.

2 A IDENTIDADE DA CRIANÇA AMAZÔNIDA BRASILEIRA NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMIBA-PERU

Os debates sobre as construções das identidades regionais perpassam pela problemática da identidade nacional. Assim sendo, para se entender o processo de construção da identidade da criança amazônida brasileira na tríplice fronteira, faz-se necessário compreender historicamente as bases conceituais da construção da identidade nacional brasileira e seus rumos na contemporaneidade. Fraxe *et al* (2009, p. 25) aponta que para se pensar a identidade de uma nação, como o Brasil, torna-se necessário entender como se caracterizou o processo de formação social e política de seus povos, quais foram os principais grupos sociais que atuaram e influenciaram na formação ideológica do país.

A criança amazônida brasileira da tríplice fronteira singulariza-se por suas origens, nascidas de povos tradicionais e não tradicionais, de indígenas e não indígenas (brancos ou negros), de peruanos ou colombianos imigrantes ou de

brasileiros que para cá migraram, de citadinos ou ribeirinhos, urbanos ou rurais. Vivem a infância entre a grandeza dos rios e da floresta, dos mitos, das lendas, dos saberes tradicionais e da diversidade cultural. Para elas, os rios são suas estradas e suas estradas são seus rios, margeados por paredões de florestas ricas em biodiversidade. Na infância desenvolvem um espírito de superação de escassez e limitações da presença do Estado na efetivação de direitos e promoção de políticas públicas que atendam a sua realidade de sujeito desse contexto amazônico portador de uma identidade que lhe é particular.

Isto é o Brasil da tríplice fronteira, com sua expressão multicultural, com feição de mais um Brasil que carrega em sua genética parte do Brasil Caboclo Amazônico e se soma aos demais Brasis identificados por Darcy Ribeiro, “que poucas décadas depois da invasão, já se havia formado no Brasil uma protocélula étnica neobrasileira diferenciada tanto da portuguesa como das indígenas” (1995, p. 267).

A infância amazônida brasileira na fronteira tríplice possui aspectos étnicos que a singulariza pelo seu ajustamento às condições locais, tanto ecológicas, culturais, econômicas e sociais. Ela é parte e continuação daquilo que Ribeiro (1995, p. 268) chamou de “etnia embrionária, multiplicada e difundida em vários núcleos - primeiro ao longo da costa atlântica, depois transladando-se para os sertões interiores ou subindo pelos afluentes dos grandes rios -, é que iria modelar a vida social e cultural das ilhas-Brasil”.

Por um longo período da História nacional brasileira, defendeu-se que a identidade nacional do Brasil, assentou suas bases fundamentais em três dimensões, a saber: a democracia racial, a brasilidade e a homogeneidade cultural. No entender de Liz (2002, p.2) estas concepções surgem para tentar conciliar a diversidade cultural e linguística brasileira presentes na sua formação com base em inúmeras etnias, muito embora não houvesse fragmentação geográfica do Brasil.

A democracia racial, difundida mundialmente através da obra de Gilberto Freire (1993), intitulada de “Casa grande e Senzala”, centraliza sua temática na vida social no Brasil de meados do século XIX e apregoa a ideologia da harmonia nas relações entre brancos, negros e índios. Entretanto, tal concepção ainda que impregnada nos dias atuais no imaginário social, aponta para contradições e críticas.

Nesse sentido, Otávio Iani, analisando a questão sobre a democracia racial observar que:

[...] esse mito não está só no pensamento brasileiro. Ele está ao lado de outros emblemas e mitos que são constitutivos da ideologia dominante no Brasil. Por exemplo, a ideia de que a escravidão foi branda e não muito brutal. Na verdade, a escravidão na casa grande foi diferente da do eito, mas não é aquela que explica a questão racial no Brasil, porque o convívio das pessoas na casa-grande acaba sendo comunitário, influenciado pelo companheirismo. (2004, p. 13)

Cardoso em sua obra *Pensadores que inventaram o Brasil*, ao discorrer sobre a obra de Gilberto Freyre, afirma que “há de se reconhecer que Casa-grande e senzala eleva à condição de mito um paradigma que mostra o movimento da sociedade escravocrata e ilumina o patriarcalismo vigente no Brasil pré-urbano-industrial” (2013, p. 81).

A partir da ideologia de Branqueamento (1889/1914) e da influência do conceito de democracia racial disseminado com a obra “Casa-grande e Senzala”, ganha solo fértil uma nova vertente para dar sustentação à pretensão de uma identidade nacional homogeneizadora da cultura, a brasilidade, esta calcada num “sentimento de pertencimento que fundamentava as origens nacionais nas raças lusa, africana e indígena” (LIZ, 2002, p.2).

Entretanto, a identidade nacional brasileira calcada na democracia racial, na brasilidade e na homogeneidade cultural, não condiz com a realidade sociocultural do país. Desse modo, tais concepções ainda que impregnadas no imaginário social, são contraditórias, fazendo com que se defenda contemporaneamente uma identidade nacional a partir de um referencial que tome em consideração a pluralidade cultural e afirmação das diversas identidades.

A constituição da identidade da criança amazônica brasileira na tríplice fronteira apresenta-se com características peculiares, e assim sendo, sua compreensão dar-se no meio da diversidade multicultural em que está circundada, que obrigatoriamente perpassa por uma visão centrada na diversidade do contexto sociocultural e ambiental, em que várias e diferentes culturas e identidades étnicas interagem.

Assim, é salutar a apropriação, pelos sujeitos amazônicos brasileiros da tríplice fronteira, do multiculturalismo como caminho de afirmação e de luta pelo reconhecimento da pluralidade de valores e diversidade cultural, a fim de que direitos e políticas para a infância sejam introduzidos no ordenamento jurídico

nacional, a partir das necessidades particularizantes de determinados grupos, culminado num processo de reetnização das identidades políticas e construção de uma nova identidade nacional, que considere a pluralidade cultural dos sujeitos da Amazônia. Nesse sentido, leciona Costa (2007, p. 159) que na contemporaneidade o multiculturalismo:

[...] é a expressão da afirmação e da luta pelo reconhecimento desta pluralidade de valores e diversidade cultural no arcabouço institucional do Estado democrático de direito, mediante o reconhecimento dos direitos básicos dos indivíduos enquanto seres humanos e o reconhecimento das "necessidades particulares" dos indivíduos enquanto membros de grupos culturais específicos.

3 INFÂNCIA NA TRÍPLICE FRONTEIRA: DESIGUALDADE E EXCLUSÃO

Desigualdade e exclusão social são simultaneamente fenômenos do passado e do presente que, demandam reflexões sobre como superá-las, para que não façam parte do futuro. Elas exercem sua força sobre milhões de pessoas que tentam sobreviver, nas mais duras condições de vida e trabalho, além de se apresentarem de diversas formas e diferenças, ao longo da história, nos vários continentes, regiões e países.

Na modernidade, os termos desigualdade e exclusão receberam novos conteúdos, ganhando significados distintos dos que se lhes fora atribuídos nas sociedades antigas. É partir desse momento, que, pela primeira vez na história, “a igualdade, a liberdade e a cidadania são reconhecidos como princípios emancipatórios da vida social” (SANTOS, 1995, p. 1). Boaventura leciona que ante a desigualdade e a exclusão, “a única política social legítima é a que define os meios para minimizá-las, pois ambas tem de ser justificadas como exceções ou incidentes de um processo societal que não lhes reconhece legitimidade, em princípio” (SANTOS, 1995, p. 1).

A desigualdade e a exclusão compõem dois sistemas de pertença hierarquizada, em que na primeira a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto na segunda a pertença dá-se pela exclusão. Segundo Santos (1995, p. 2), “a desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social, no qual quem está em baixo está dentro e a sua pertença é indispensável”. Contrariamente, “a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está

fora”. Nota-se assim, ambos os sistemas de hierarquização social, são tipos ideais, visto que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente e em combinações complexas nos dois sistemas.

Raça, gênero, origem, classe social, etnia são fatores identificados que lastreiam a base do sistema de exclusão e desigualdade, que às vezes se manifestam em forma de preconceito, racismo, sexismo, exploração sexual, violência doméstica e nas piores formas de trabalho infantil. Em meio a estes flagelos e distorções sociais, dar-se o processo de construção social da infância permeado por deformações, por estar calcado historicamente em referências que perpetuaram as bases excludentes daqueles que apresentam diferenças.

Na tríplice fronteira, embora aproximadamente 25% da população de Tabatinga (Brasil) se autodeclare indígenas, e o resto da população, em sua maioria, apresente traços físicos indígenas, não é incomum nos ambientes escolares não indígenas, a refutação de pronto por parte de crianças e adultos em não aceitar como algo positivo a cogitação de ser indígena. Em outras ocasiões, no meio social, a manifestação da exclusão, exteriorizada por meio do preconceito, também se dá comumente quando crianças e adultos são perguntados se são indígenas e estas respondem que “não, sou civilizado”.

No mesmo sentido, acontece em relação ao preconceito de origem, que de alguma forma se enraizou em relação aos peruanos no lado brasileiro da fronteira. Apenas para exemplificar, em uma conversa com uma professora de uma escola da rede estadual de ensino de Tabatinga, ela relatou que certa vez perguntou aos seus alunos quem era peruano, então, abruptamente, e com um coró veio à resposta, em meio aos sorrisos das crianças, “não”, como que queriam expressar que ser peruano seria algo negativo.

De outra parte, é interessante anotar que, não se percebe nos diálogos infantis ou adultos, a mesma rejeição que há em relação aos peruanos, com a cogitação de ser colombiano ou brasileiro enquanto nacionalidade, pois, aparentemente, goza-se de maior aceitação e prestígio, nesse espaço em que a fronteira revela as diferenças e semelhanças, desconectando e interligando os atores sociais desde a infância.

Dos grupos etnicorraciais que compõem o elemento humano brasileiro que vivem no contexto multicultural da fronteira tríplice, a população infantil indígena

é quantitativamente expressiva e carece de atenção diferenciada, a fim de superar a desigualdade e a exclusão. Recentemente, o UNICEF, publicou nota intitulada “Eliminando as diferenças: implementando os direitos de povos indígenas”, para comemorar o Dia Internacional dos Povos Indígenas 2014, na qual destacou que “Crianças indígenas são deixadas para trás no progresso de seus países”. Nesse sentido, a organização afirmou que:

[...] apesar dos ganhos significativos para as crianças desde a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1989, o mundo não vem cumprindo seus compromissos em relação às crianças indígenas. Seja em países de baixa, média ou alta renda, crianças indígenas ainda enfrentam disparidades gritantes em todos os indicadores de desenvolvimento humano. Não é admissível que, um quarto de século após afirmar os direitos das crianças em todas as partes do mundo, as nações continuem deixando para trás parcelas significativas de suas populações. Está mais do que na hora de eliminar as diferenças para todas as crianças indígenas, de modo que a Convenção se torne uma realidade também para elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hodiernamente, os Estados devem ver o multiculturalismo como fenômeno germinador de direitos e propulsor de políticas públicas, pois ele expressa com profundidade a existência de grupos diferentes dentro de uma mesma comunidade política. A partir da adoção do multiculturalismo como vetor, será possível ao Estado democrático de direito assegurar o reconhecimento das diferenças dos grupos sociais, em aspectos étnicos e multiculturais, minimizando com os mecanismos em que se assentam a exclusão e a desigualdade.

A identidade nacional brasileira não é uma realidade homogeneizante, mas sim a junção de múltiplas identidades que requer reconhecimento de suas diferenças de acordo com o contexto étnico, sociocultural e territorial. Propugna-se então que, com o reconhecimento efetivo das diversas identidades na ordem jurídica do Estado, sejam recepcionados os diálogos entre as diversas culturas existentes no campo social desse mesmo Estado, culminando num constitucionalismo pluralista.

Com esses fundamentos, a identidade cultural da Amazônia deve ser fortalecida e protegida, em face da globalização, para garantia do desenvolvimento da personalidade, da cidadania e da dignidade da criança brasileira da tríplice fronteira enquanto “ser amazônico”. O reconhecimento da diferença na identidade etnicorracial e cultural dos sujeitos amazônicos não é incompatível com a verdadeira identidade nacional brasileira, mas apenas reflete que esta não goza de

homogeneidade cultural sufocando as diferenças. Assim sendo, sustenta LIZ (2002, p.9) ser justificável “um tratamento diferenciado através da concessão de vantagens competitivas, bem como, do acesso a bens e serviços se faz necessário para dirimir as disparidades socioculturais”.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Crianças indígenas são deixadas para trás no progresso de seus países. UNICEF, 2014. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/media_27719.htm>. Acesso em: 09/09/2014.

CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que inventaram o Brasil. 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

COSTA, Sérgio *et al.* Reconhecer as diferenças: liberais, comunitaristas e as relações raciais no Brasil. Novos estudos – CEBRAP, Nº 49, p. 159-178, novembro 2007.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto *et al.* Os povos amazônicos – identidade e práticas culturais. In: Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente / Organização de Henrique dos Santos Pereira ... [et al.]. –Manaus: Edua, 2009.

IANI, Otávio. O preconceito racial no Brasil. Estudos avançados 18 (50), 2004.

LIZ, Renilda Aparecida Costa. Identidade nacional brasileira e a educação: homogeneidade x pluralidade cultural. UNIPLAC, 2002.

RIBEIRO, Darcy. O Povo brasileiro – A formação e o sentido nacional. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Boaventura de S. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. A construção multicultural da igualdade da diferença. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal. RJ, 1995.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência. Os jovens do Brasil. Brasília: Flacso-Brasil, Unesco, 2014.